

**ILUSTRÍSSIMO PREGOEIRO OFICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª
REGIÃO**

**Pregão Eletrônico: nº 23/2019
Processo e-PAD nº 35898/2019**

SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.670.079/0001-81, sediada à Rua Alvarenga, nº 361, Bairro: Dom Bosco, Belo Horizonte/MG, CEP. 30.850-290, vem respeitosamente, por intermédio de seu sócio administrador abaixo assinado, com fulcro no Art. 4º, XVIII, da lei nº 10.520/02 apresentar:

CONTRARRAZÕES

Ao recurso administrativo interposto pela empresa **CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, doravante apenas recorrente, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

A recorrida pugna pela manutenção do resultado do certame. Desde já, requer seja negado o provimento ao recurso ora interposto, por restar claro seu **caráter meramente procrastinatório** e com a finalidade de tumultuar o bom andamento do pregão epigrafado.

Na oportunidade a recorrida enaltece a forma com que V. Sra. vem conduzindo este certame, sobretudo pela transparência e pela isonomia com que os atos vêm sendo praticados. Desde já manifesta profundo inconformismo pelas alegações temerárias, falaciosas e tendenciosas realizadas pela recorrente em que questiona a lisura de V.Sra e demonstra ser (ou se fazer de) inexperiente em se tratando de legislação trabalhista, bem como por apresentar displicência na leitura do edital de licitação objeto desse recurso.



I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Antes de adentrarmos as razões de mérito da presente contrarrazão ao recurso administrativo interposto pela, então recorrente, passamos as seguintes considerações:

É incomum que ocorra interferência de sindicatos em certames licitatórios, uma vez que tais entes não costumam acompanhar esse tipo de disputa, se limitando a só se pronunciarem sobre questões trabalhistas em decorrência do pacto laboral já existente entre empresa e empregado.

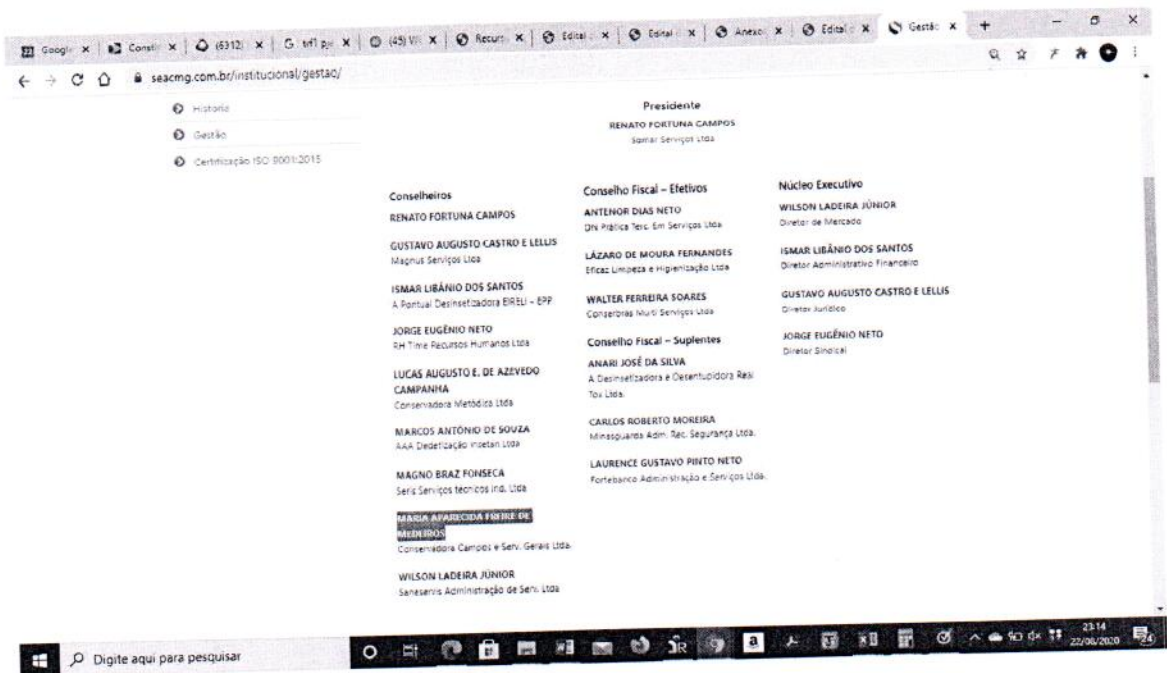
Ocorre que curiosamente, no caso em questão e em uma tentativa desleal de driblar a lisura desse certame, o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO – SEAC, protocolou notificação extrajudicial no dia 20/06/2020, perante esse Egrégio Tribunal do Trabalho, levantando-se contra o fato de a empresa Santa Fé ter formulado proposta de formação de custos com base na convenção coletiva pactuada entre SINSERTH e SINTAPPI.

Por obvio que o aludido sindicato, foi instado a se posicionar sobre o tema perante ao TRT3 quando o certame ainda estava em tramite, uma vez que não é possível crer que o mesmo tenha tido ciência da aludida licitação por iniciativa própria.

Conforme consta na tela extraída no site do SEAC/MG, por meio do link:

<https://seacmg.com.br/institucional/gestao/>, a Sra. **MARIA APARECIDA FREIRE DE MEDEIROS (sócia da Conservadora Campos)** é conselheira do sindicato das empresas de asseio e conservação do Estado de Minas Gerais o que levanta suspeitas de que o sindicato tenha agido seguindo ordens de sua conselheira e não tenha atuado em benefício da categoria por ele representada.





II - CONTRARRAZÕES RECURSAIS

Aduziu a recorrente que a recorrida, na composição de seu preço se vale de piso salarial de CCT de categoria que não corresponde à atividade principal da empresa e não corresponde à categoria dos profissionais necessários à execução do serviço objeto da licitação.

Todavia, o tema por ela abordado na peça recursal, foi debatido exaustivamente no decorrer da licitação, inclusive em resposta à notificação extrajudicial protocolada pelo SEAC/MG supostamente a pedido de sua conselheira e proprietária da empresa Conservadora Campos.

Ao que se percebe, nobre pregoeiro, esse tema já vem sido debatido ao longo dos anos pelo SEAC/MG que não foi capaz de lograr êxito em nenhuma demanda judicial envolvendo a questão. Perceba que na aludida notificação extrajudicial não é apresentada nenhuma jurisprudência sobre o assunto, se limitando o sindicato a fazer alegações sem respaldo jurisprudencial. Da mesma forma, a peça recursal apresentada pela empresa não se revela respaldada se limitando a expor o mero inconformismo da licitante que não venceu o certame licitatório.



De forma diversa, a recorrida é capaz de trazer aos autos a jurisprudência consolidada desta Egrégia Corte, uma vez que não foram poucas as ocasiões em que os Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região enfrentaram o tema sendo sucumbente o SEAC/MG.

Conforme consta no acórdão proferido no processo **0010927-94.2017.5.03.0139**, o SEAC/MG teve improvido seu recurso ordinário interposto em face da sentença do MM. Juízo da 39ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte, através da decisão da lavra do Exmo. Juiz do Trabalho Pedro Paulo Ferreira, que julgou IMPROCEDENTES os pedidos formulados por SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SEAC/MG, em face de PRESTAR - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA e SINSEHT - MG SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM RECURSOS HUMANOS E TRABALHO TEMPORÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

No referido processo o SEAC/MG pleiteou contribuições sindicais devidas pela empresa PRESTAR – Prestação de Serviços LTDA, alegando que a empresa pertence a categoria econômica a qual está vinculada ao aludido sindicato (SEAC). Inclusive trouxe a alegação de que representa empresas de terceirização de mão de obra, exclusivamente para contratos por prazo indeterminado, ao passo que a SINSEHT atua apenas quando se trata de serviços temporários.

Após breve relatório, assim se posicionou por unanimidade o TRT3 nesse processo de relatoria do desembargador Vicente de Paula Maciel Junior:

No caso vertente, a 1ª ré, PRESTAR - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, apresenta como objeto social "o agenciamento de empregos, conservação e limpeza, locação de mão de obra temporária e terceirização de serviços". (ID 9fb2e59 - Pág. 3) O cartão CNPJ, por sua vez, arrola como atividade principal o "fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros". (ID. 8edf328 - Pág. 55) Como bem registrado pelo juízo de origem, "O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED da empresa-ré revela que os empregados da 1ª ré estão cadastrados nas mais diversas ocupações (engenheiro civil, assistente social, administrador, técnico em administração - vide ID. e344ade, Pág. 23)." (ID. f377472 - Pág. 4; destaquei).

O sindicato-autor representa a categoria econômica das empresas de asseio, conservação e outros serviços terceirizados do Estado de Minas Gerais, conforme consta no seu estatuto social (ID. 3c82ebe) e no CNES (ID.947a2ae). Já o



SINSERHT, representa as empresas de prestação de serviços em recursos humanos e trabalho temporário (ID. 44ea15b). A meu ver, não há suficiente embasamento no feito para concluir, de forma objetiva e estreme de dúvidas, que o objeto preponderante ou principal da 1ª ré, na forma de seu contrato social, contempla atividade de asseio ou conservação. Acórdão 0010927-94.2017.5.03.0139 (ROT)

O acórdão acima colacionado se amolda perfeitamente ao caso em comento, uma vez que a exemplo do que ocorreu com a empresa Prestar (primeira recorrida na ação), a Santa Fé apresenta em seu objeto social, conforme já citado pela própria recorrente, o fornecimento de e gestão de recursos humanos para terceiros, em seu cartão CNPJ o código e descrição de sua atividade econômica principal é 78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros, bem como a recorrida presta serviços de variadas funções, conforme constante em seu contrato social.

Apesar de recente o citado acórdão, essa matéria já vem sendo alvo de apreciação desta corte a longas datas, conforme se depreende da sentença transitada e julgada e do acórdão proferido nos autos do processo 0665-03 da 5ª vara do trabalho do TRT3 do ano de 2003, ocasião em que a magistrada daquele juízo julgou improcedente ação proposta pelo SINDEAC em desfavor de SINTAPPI e empresa Village, em que envolveu tema da mesma natureza em que o SINDEAC pleiteava reconhecimento judicial de vinculação entre a empresa Village e o Sindeac, entretanto o citado sindicato não logrou êxito na demanda sendo também sucumbente.

É sabido que o referido sindicato arquivou esse processo (proposto contra a Village em 2003) e evita confrontar o tema, uma vez que tem ciência de que outra derrota na justiça poderá ensejar novo enfraquecimento, isto porque a própria justiça do trabalho já reconheceu que a convenção coletiva de trabalho mais adequada para representar as empresas fornecedoras de recursos humanos para terceiros é a CCT pactuada entre SINTAPPI e SINSERTH.

Importante trazer à baila ainda que a consultoria jurídica da união no Estado de Minas Gerais, recentemente, exarou parecer sobre o tema nos autos do processo licitatório 12/2019, com documento denominado PARECER n. 01422/2019/CJU-MG/CGU/AGU, sendo esses os trechos de maior relevância extraídos do parecer:



Primeiramente, cabe reafirmar que não deve a Administração Pública indicar no Edital a Convenção Coletiva de Trabalho a ser utilizada pelas licitantes em suas propostas de preços, a qual servirá de parâmetro para a execução do contrato e consequentes repactuações de preços. Assim, cabe à licitante no momento da apresentação da proposta indicar a Convenção Coletiva de Trabalho relativo ao seu vínculo sindical, vez que o enquadramento sindical leva em consideração a atividade econômica do empregador, bem como a localização territorial da prestação dos serviços.

(...)

É que quem define a CCT aplicável a determinada atividade é a Lei, no caso a Consolidação das Leis do Trabalho. Pelo entendimento consubstanciado de seu art. 511 e nos artigos 570 e seguintes encontra-se ali dito que a associação profissional é indicada pela respectiva atividade econômica da empresa ao qual trabalha, que é inerente à atividade preponderante desta nos casos em que a atividade econômica é mista.

Ora conforme entendeu a CJU, o órgão contratante não terá condão para determinar qual CCT a de ser utilizada, entendimento esse, inclusive incontroverso, uma vez que a própria recorrente trouxe em sua peça recursal o entendimento do T.C.U sobre o tema. Todavia, há de se destacar que a CJU expõe com clareza que a associação profissional é indicada pela respectiva atividade econômica da empresa ao qual trabalha, que é inerente à atividade preponderante desta nos casos em que a atividade econômica é mista.

Levando em consideração que a atividade preponderante da empresa Santa Fé é fornecimento de recursos humanos para terceiros, tem-se que é devida é sua filiação ao SINSERTH.

O próprio instrumento convocatório da referida licitação elenca em seu subitem 19.4.3.4 um critério estabelecido para julgamento das propostas é a apresentação de documento CNAE que comprove sua atividade preponderante.

A recorrida apresentou toda documentação sendo severamente diligenciada por essa douta equipe de licitação, que além sua própria conferência, submeteu o processo a apreciação do departamento jurídico desta colenda corte, que proferiu parecer favorável a contratação da empresa SANTA FÉ, tendo em vista ter a mesma demonstrado toda a sua lisura durante o certame.

A recorrente trouxe em sede de recurso, todos os argumentos já debatidos em resposta ao documento intitulado como notificação extrajudicial formulado pelo SEAC, possivelmente requerido por sua conselheira, no curso do processo licitatório, em claro inconformismo com sua desclassificação e com o intuito de burlar o certame apresentando alegações sem fundamento



jurídico ao pleitear a desclassificação da empresa recorrida.

Vale ainda mencionar que em momentos antecedentes a apresentação de lances, foi formulado questionamento sobre a obrigatoriedade de apresentação de proposta parametrizada à CCT pactuada entre SEAC e SINDEAC, sendo essa a resposta dessa douda comissão de licitação:

"Qual o sindicato utilizado pela atual prestadora dos serviços? A empresa vencedora poderá adotar o sindicato pertencente ao seu ramo de atividade? O Sindicato Patronal utilizado pelas atuais Contratadas é o Sindicato das Empresas de Asseio Conservação do Estado de Minas Gerais (CNPJ: 16.844.557/0001- 49). A empresa vencedora poderá, sim, adotar o sindicato pertencente ao seu ramo de atividade, devendo para tanto apresentar documento que comprove o código CNAE da atividade preponderante, nos termos do subitem 19.4.3.4 do Termo de Referência."

Conforme já informado, toda a documentação apresentada pela empresa está com consonância com o instrumento convocatório e submetida ao crivo da comissão de licitação, bem como do departamento jurídico do TRT3.

A empresa Santa Fé fornece recursos humanos para terceiros, o termo fornecimento de recursos humanos converge exatamente com a realidade fática da recorrida, uma vez que notoriamente, a empresa oferece variados tipos de profissionais ao mercado, não se limitando a apenas limpeza e conservação.

Se a nomenclatura do sindicato fosse o fator determinante para a abrangência de seus filiados, a própria recorrente não poderia oferecer os serviços de recepção, uma vez que o SEAC é o sindicato das empresas de **ASSEIO E CONSERVAÇÃO** do estado de Minas Gerais.

Ora! Seria possível empresas vinculadas ao sindicato de **asseio e conservação** prestar serviços de recepção? Suas filiadas não seriam obrigadas a se limitarem a prestar os serviços de limpeza?

O SEAC apresenta-se como sindicato de empresas de conservação e limpeza, entretanto pactua convenção coletiva de trabalho com o SINDEAC, que por sua vez possui em seu rol de substituídos os mais variados tipos de funções incluindo a de recepção, logo se essa lógica houvesse de prosperar estaria impedido o SEAC de pactuar qualquer tipo de acordo coletivo com o SINDEAC que não envolvesse a função de limpeza e conservação.



Ao contrário disso o SEAC acaba por pactuar acordo com o SINDEAC de forma indistinta envolvendo todos os cargos representados pelo sindicato laboral.

A propósito, a conselheira do SEAC ao final de sua peça recursal alega que em caso de indeferimento do presente recurso irá submeter o processo ao crivo do TCU, fato esse que seria de grande valia, uma vez que o SEAC seria compelido a esclarecer o motivo pelo qual firma acordo coletivo com SINDEAC envolvendo cargos alheios ao pessoal de limpeza e conservação.

De forma diversa ao que ocorre com o SEAC, o SINSERTH é o SINDICATO DAS EMPRESAS DE PRESTACAO DE SERVICOS DE RECURSOS HUMANOS E TRABALHO TEMPORÁRIO E TERCEIRIZADO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

Assim definido em sua cláusula vigésima sexta:

CONSIDERANDO nos termos da legislação sindical, o SINSERTH-MG é o órgão de representação da categoria econômica das empresas de prestação de serviços em recursos humano, trabalho temporário e terceirizado, ou seja, todas as empresas que executam em todo o estado de Minas Gerais, que se enquadram nos Grupos e Subgrupos dos CNAE's, 781 / 782 e 783; CONSIDERANDO que a base territorial do SINSERTH- MG é o estado de Minas Gerais, incluindo todos os municípios do estado, com exceção de Uberlândia;

- Frisa-se que em toda sua peça recursal a recorrente suprime o termo "terceirizado" ao se referir a abrangência da representatividade do SINSERTHT.

Assim, as empresas a ele filiadas estão aptas a fornecerem qualquer tipo de recursos humanos para terceiros, exatamente como previu o edital publicado pelo TRT3, que em inúmeros trechos clarifica que a licitação se destina a contratação de recursos humanos, vejamos alguns deles:

Subitem 19.3.1, alínea "b":

Declaração de que disporá, previamente à celebração do contrato, de recursos humanos que atendam aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, relativos a conhecimentos específicos, escolaridade, experiência e capacitação técnica, necessários à prestação dos serviços.



Minuta contratual - § 2º:

b. os recursos humanos empregados para a execução do objeto, considerando-se a quantidade e a formação profissional mínima exigidas no Termo de Referência;

Minuta contratual – Cláusula Décima Primeira - § 8º alínea “b”:

b. deixar de utilizar os materiais e/ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou em quantidade inferior à demandada.

Minuta contratual – Vigésima - § 1º subitem “7”:

7. possibilitar a fiscalização pelo CONTRATANTE quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos;

Minuta contratual – Vigésima - § 3º subitem “9”:

Abster-se de (...) compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para a execução dos serviços do CONTRATANTE com a execução simultânea de outros contratos.

Incontroverso então que o ramo de atividade da empresa, conforme comprovado pela documentação no momento de sua habilitação, está rigorosamente em atendimento ao que dispõe o edital de licitação. Bem como resta evidente que todas as funções licitadas são abrangidas pela convenção coletiva pactuada entre o SINSERTH e o SINTAPPI, uma vez que trata-se de fornecimento de recursos humanos para terceiros e não de simplesmente empresa de conservação e limpeza, uma vez que foram licitados outros serviços que envolve emprego de outros tipos de recursos humanos, além do profissional destinado a limpeza do prédio.

Ademais como é de entendimento majoritário e em consonância com o § 2º do Art. 511 da CLT, o enquadramento sindical deve ser realizado de acordo com a atividade preponderante da empresa e não em função da atividade desenvolvida pelo empregado, portanto, tendo em vista que a atividade preponderante da empresa é o fornecimento de recursos humanos, está devidamente enquadrada ao SINSERTH.

Sendo esse o entendimento jurisprudencial:



"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA - INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 40 DO TST - ENQUADRAMENTO SINDICAL - ATIVIDADE PREPONDERANTE DA EMPRESA. Nos termos do art. 511, § 1º, da CLT, o enquadramento sindical do empregado, no Direito do Trabalho brasileiro, é realizado em função da atividade econômica preponderante do empregador, tendo em vista a base territorial da prestação dos serviços. No caso, o Tribunal de origem verificou que a reclamada não é entidade beneficente ou filantrópica, sendo inaplicáveis as normas coletivas indicadas pela autora. Agravo de instrumento desprovido.

Pelas razões expostas restou evidente a lisura e a licitude da conduta da empresa Santa Fé ao elaborar sua proposta em consonância com as regras editalícias e a legislação vigente.

A recorrente afirma que a empresa recorrida apresentou preço baixíssimo para a sua mão de obra. Sobre isso é importante destacar que a empresa apresentou proposta, por meio de planilha de formações de custos, contemplando todos os benefícios inerentes as funções a serem contratadas pela empresa, sendo a planilha conferida e diligenciada por essa douta comissão de licitação.

Logo, o fato de ter a empresa apresentado preço baixíssimo é justamente o que tem condão de demonstrar seu compromisso com a seriedade do certame, pois após seu reenquadramento sindical a recorrida cuidou de mediatamente apresentar proposta para contratação de recepcionistas com custo inferior e mais atrativo ao contratante, enaltecendo o princípio da economicidade nas contratações públicas, sobretudo em se tratando de um período tão difícil em que vive a humanidade em decorrência da terrível pandemia (covid-19) que assola o mundo, nada mais justo que se a empresa foi capaz de ofertar preço inferior ao atualmente praticado pelo TRT3 que assim o faça sob pena de enriquecimento ilícito.

Na confusa peça recursal a conselheira do SEAC expõe que a recorrida teria burlado direitos trabalhistas, todavia, não os citou! Nem mesmo apresentou indícios de que a empresa Santa Fé tenha feito, se limitando a repetir o que outrora já havia dito por ocasião da notificação extrajudicial apresentada no bojo dos autos do pregão 23/2019.

A empresa Santa Fé é cumpridora de suas obrigações trabalhistas, como pode ser auferido por meio de sua CNDT, jamais se comportou de modo inidôneo em qualquer licitação e está sendo atacada, pois sagrou-se vencedora em certame de serviço outrora prestado pela



recorrente (conforme informando no próprio recurso administrativo).

O enquadramento ou reenquadramento sindical é matéria de discricionariedade da empresa não podendo nenhum órgão da administração, enquanto contratante, influenciar na escolha da empresa, uma vez que a vinculação sindical segue sua atividade preponderante, desta forma é indiferente saber qual foi a motivação do novo enquadramento, desde que o mesmo esteja em consonância com a atividade principal da empresa, bem como as regras expostas nos Art. 511, 570 e 582 da CLT.

A recorrente aduz que a empresa Santa Fé decidiu promover filiação ao sindicato SINSERTH com o intuito de lograr êxito no pregão, apesar de essa não ser uma realidade, uma vez que a empresa vem seguindo a jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da terceira região sobre o assunto, ainda que fosse essa a motivação da empresa não há de se falar em qualquer tipo de irregularidade uma vez que CNAE e objeto social da empresa se amoldam perfeitamente ao enquadramento sindical de empresas fornecedoras de recursos humanos para terceiros, conforme diligenciado exaustivamente pelo TRT3 no curso desse certame. Sendo esse o entendimento da assessoria jurídica do TRT3 sobre o tema:

E, uma vez configurando-se novo enquadramento sindical, a ela segue-se o de seus empregados com todos os efeitos decorrentes, porquanto a regra, repise-se, é a de que este é definido segundo a atividade preponderante da empresa, salvo quando se tratar de categoria profissional diferenciada. Em assim sendo, e tendo havido a alteração do Contrato Social da Empresa, lícito será o seu reenquadramento sindical.

Todavia, *ad argumentandum*, a licitação em comento iniciou-se no dia 09 de junho de 2020, sendo que o novo enquadramento sindical da empresa ocorreu em maio de 2020, logo, sua proposta foi elaborada com base na convenção coletiva de trabalho a qual está vinculada exatamente como definiu o edital de licitação, não tendo margens a recorrente para qualquer suposição tendenciosa.

Deve-se narrar ainda que antes mesmo do início da fase de lances a matéria já havia sido tratada por essa comissão, ocasião em que a empresa Conservadora Campos poderia ter apresentado impugnação ao instrumento convocatório, o que não o fez, presumindo então estar de acordo com todos os termos do edital, entretanto após sua derrota no certame traz a lume tema já debatido. Nem mesmo o próprio SEAC cuidou de impugnar o referido edital só vindo a se manifestar (notificação extrajudicial) depois da derrota da empresa de uma de seus



conselheiros.

A empresa recorrente traz à baila que a recorrida teria utilizado do artifício de Dumping Social no presente certame, desta forma faça-se necessário expor com clareza o conceito por ela ventilado. Segundo Paulo Mont'Alverne Frota:

o dumping é frequentemente constatado em operações de empresas que pretendem conquistar novos mercados. Para isto, vendem os seus produtos a um preço extremamente baixo, muitas vezes inferior ao custo de produção. É um expediente utilizado de forma temporária, apenas durante o período em que se aniquila o concorrente. Alcançado esse objetivo, a empresa praticante do dumping passa a cobrar um preço mais alto, de modo que possa compensar a perda inicial. De resto, o dumping é uma prática desleal e proibida em termos comerciais.

Não há de se falar em Dumping social, uma vez que a empresa Santa Fé apresentou sua proposta de formação de custos comportando todos os seus custos com a mão de obra a ser utilizada, bem como margem de lucro, inclusive se assim não fosse, seria sumariamente desclassificada pela comissão de licitação do TRT3.

De acordo com o conceito de o dumping as empresas utilizam desse artifício de **forma temporária**, situação impossível de se operar no caso em tela, uma vez que o contrato a ser pactuado com o TRT3 permanecerá inalterado pelo período de até 5 anos (caso prorrogado), respeitando as regras de reajuste e repactuações dispostas na legislação vigente, sendo inadmissível que a empresa aumente seu custo posteriormente o que claramente demonstra a inexistência de qualquer prática de dumping.

A recorrente foi a única empresa inconformada com o resultado do certame, mesmo estando 6 posições da então recorrida, o que confirma a tese de que o intuito da empresa é tumultuar o pregão, uma vez que dificilmente sairá vitoriosa neste certame, visto que ofertou preço majorado para todos os itens licitados. **Entretanto, a morosidade impulsionada pelos atos da recorrente nesta licitação beneficiará a empresa Conservadora Campos em eventual renovação contratual para discussão da controvérsia aqui apresentada.**



III – DOS PEDIDOS

Ante a todo exposto requer a recorrida,

- A) Requer não seja conhecido o recurso interposto pela recorrente por não estarem presentes os pressupostos de admissibilidade, uma vez que debateu tema já discutido exaustivamente em momento pretérito a fase de recursos;
- B) No mérito, requer seja **negado provimento** ao recurso interposto pela empresa **CONSERVADORA CAMPOS E SERVIÇOS GERAIS EIRELI**, haja vista ter conteúdo claramente protelatório e estar desprovido de consistência jurídicas, contendo ainda argumentos falaciosos, não passando de uma aventura jurídica com a finalidade de auferir vantagem indevida;
- C) Seja homologado e adjudicado o objeto do pregão em favor da recorrida;
- D) Caso esse não seja o entendimento de V. Sra, que sejam os autos remetidos à autoridade superior, para reexame do mérito.

Nestes termos pede e espera deferimento

Belo Horizonte 23 de agosto de 2020



SANTA FÉ SERVIÇOS EIRELI
CNPJ nº 05.670.079/0001-81